

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.274.634 - MG (2011/0153397-3)**

**RELATOR** : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**RECORRENTE** : **TRANSCOL TRANSPORTE COLETIVO UBERLÂNDIA LTDA**  
**ADVOGADO** : **RAIMUNDO CÂNDIDO JÚNIOR E OUTRO(S) - MG021209**  
**RECORRIDO** : **MARIA ABADIA DE OLIVEIRA E OUTROS**  
**ADVOGADO** : **PEDRO SILVEIRA NETO E OUTRO(S) - MG068979**

**DECISÃO**

1. Trata-se de recurso especial interposto por TRANSCOL TRANSPORTE COLETIVO UBERLÂNDIA LTDA contra o v. acórdão do eg. Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais assim ementado:

*EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. ACIDENTE DE TRÂNSITO. CONDENAÇÃO EM DANOS MATERIAIS E MORAIS. DENÚNCIAÇÃO DA LIDE. ACORDO ENTRE SEGURADORA E AS AUTORAS QUANTO AOS DANOS MATERIAIS. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. EXIGIBILIDADE. RESPONSABILIDADE DA EMPRESA AGRAVANTE. DECISÃO SINGULAR MANTIDA. AGRAVO IMPROVIDO.1 - O acordo firmado entre a seguradora e as recorridas apenas incluiu a condenação imposta à primeira, de forma que os honorários advocatícios continuam devidos.2- Agravo a que se nega provimento." (fl. 141)*

Opostos embargos de declaração contra o acórdão estadual, foram rejeitados (e-STJ fls. 152/154).

As razões do recurso, fundamentado no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, apontam violação dos arts. 75, I, 165, 458, II, e 535, II, do Código de Processo Civil de 1973, e 844, § 3º, do Código Civil de 2002, alegando a recorrente, em síntese: *a)* existência de omissão no acórdão recorrido *b)* que, ao contrário do consignado no acórdão recorrido, a seguradora contestou a ação e, nesses termos, na condição de litisconsorte da denunciante, também foi alcançada pela condenação relativamente às custas e honorários advocatícios arbitrados na sentença de mérito; e *c)* que, tendo havido transação entre as autoras e a seguradora litisdenunciada, com a quitação integral da parcela relativa aos danos materiais, não pode ser obrigada a pagar os honorários sucumbenciais incidentes sobre aquela verba, uma vez que extintos em decorrência da quitação dada à seguradora.

Não foram apresentadas contrarrazões (e-STJ fl. 230).

O Ministério Público Federal, em parecer da lavra do ilustre Subprocurador-Geral da República, Dr. Maurício de Paula Cardoso, opinou pelo não provimento do recurso.

É o relatório. Decido.

De início, não se vislumbra a alegada violação aos arts. 165, 458, II e 535 do CPC/73, na medida em que a eg. Corte de origem dirimiu, fundamentadamente, as questões que lhe foram submetidas. De fato, inexiste qualquer omissão no aresto recorrido, porquanto o Tribunal local, malgrado não ter acolhido os argumentos suscitados pela recorrente, manifestou-se expressamente acerca dos temas necessários à integral solução da lide. Impende ressaltar que *"se os fundamentos do acórdão recorrido não se mostram suficientes ou corretos na opinião do recorrente, não quer dizer que eles não existam. Não se pode confundir ausência de motivação com fundamentação contrária aos interesses da parte"* (AgRg no Ag 56.745/SP, Relator o eminente Ministro CESAR ASFOR ROCHA, DJ de 12.12.1994).

O recurso também não prospera no tocante à apontada ofensa aos arts. 75, I, do CPC/1973 e 844, § 3º, do CC/2002.

Com efeito, conforme se verifica do dispositivo da r. sentença proferida na ação de conhecimento (e-STJ fls 24/38), as condenações foram estabelecidas nos seguintes termos:

*"Assim, diante do exposto, julgo procedente em parte o pedido inicial, pelas razões já expostas acima; **condeno o requerido a indenizar os autores a título de dano moral a importância de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), valor atual; dano material, ou seja, pensão mensal no valor de R\$ 202,07 (duzentos e dois reais e sete centavos), correspondente a 2/3 do salário médio da vítima, até 16 de fevereiro de 2036, data em que a vítima faria 65 anos. As parcelas em atraso serão corrigidas monetariamente desde a data do evento e/ou do vencimento de cada prestação até efetivo pagamento, com juros de mora de 6% a.a. (seis por cento ao ano) contados da citação.***

*[...]*

***Condeno, também, o requerido às custas processuais, bem como honorários de 10% (dez por cento) sobre todas as prestações em atraso, até a presente data, mais 12 (doze) prestações futuras, bem como sobre o valor da indenização do dano moral, já contemplando, assim, a parcialidade da ação, ou***

# Superior Tribunal de Justiça

*seja, a procedência em parte da ação.*

*Julgo, também, **procedente a denunciação da lide, para condenar a empresa seguradora a indenizar a empresa requerida nos limites da apólice firmada entre ambas; condeno, também nas custas processuais e honorários que fixo em 10% (dez por cento), sobre o valor da indenização.***' (e-STJ, fls. 37/38 - grifou-se).

Assim, conforme se observa, **a condenação relativa à lide principal**, qual seja, aquela estabelecida entre os autores da ação e a TRANSCOL TRANSPORTE COLETIVO UBERLÂNDIA LTDA, **alcança tão somente a sociedade empresária requerida**, ora recorrente, e não a denunciada, que apenas responde pela indenização devida à denunciante em caráter regressivo, e nos limites do respectivo contrato de seguro, conforme restou estabelecido na parte da sentença que julgou procedente a lide secundária, estabelecida entre a denunciante e a denunciada.

Ademais, especificamente no que se refere aos honorários sucumbenciais impostos à denunciada em razão de sua condenação na lide secundária, observa-se que foram posteriormente excluídos pelo Tribunal estadual, conforme se verifica do acórdão acostado às fls. 39/45 dos autos.

Nesse contexto, correta a conclusão do eg. Tribunal de origem, no sentido de que *"o acordo celebrado pela seguradora e as agravadas, fls. 56/57-TJ, abrange tão somente a condenação imposta na lide secundária, qual seja, verba referente ao dano material"* (e-STJ fl. 143), devendo a recorrente responder pelos honorários sucumbenciais fixados na lide principal.

Diante do exposto, nos termos do art. 255, § 4º, II, do RISTJ, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

MINISTRO RAUL ARAÚJO  
Relator